

## A cidade como lugar teológico<sup>1</sup>

O título escolhido para esta intervenção, «A cidade como lugar teológico», assenta no pressuposto de que a cidade que nos envolve na sua rede complexa, rica e contraditória de relações humanas é, apesar de todas as aparências em contrário, querida e amada por Deus. É Ele quem a sustenta e a redime, e os sinais da sua graça encontram-se impressos no coração de muitos que a habitam. Evangelizar a cidade não é, portanto, introduzir nela um elemento estranho, mas convidá-la a corresponder à sua natureza mais profunda.

Que significa isso na prática?

No VI Curso de Verão da Faculdade de Teologia, em Setembro de 2003, encetámos uma reflexão a esse respeito como contributo para a sessão de Lisboa do Congresso Internacional para a Nova Evangelização, prevista para Novembro de 2005.

A metodologia foi experimental. Partimos do princípio de que, para além das Escrituras e das obras dos Padres e Doutores da Igreja, um lugar relevante para a investigação teológica é a vida das comunidades, onde estas, na vivência quotidiana da sua fé, interagem com a sociedade circundante. Em vez de partirmos, portanto, da análise dos estudiosos, pusemo-los a ouvir a experiência reflectida de quem trabalha a realidade humana da cidade, nos organismos, movimentos e serviços da Igreja. E, porque o Evangelho a isso nos impele, dedicámos uma atenção especial aos que

---

<sup>1</sup> Conferência proferida no VI Curso de Verão de 2003, em Lisboa, «O Espírito na Cidade», promovido pela Faculdade de Teologia.

estão nas margens. Só depois, nós os professores, contribuímos com a nossa reflexão.

«Quem tem ouvidos, oiça o que o Espírito diz às Igrejas» (Ap 2, 7), escrevia nessa altura João Paulo II, citando o Livro do Apocalipse, na introdução à sua Exortação Apostólica, *A Igreja na Europa* (2003). E obedecendo à sua própria recomendação, dava-se conta de que «apesar de haver vastas áreas de descristianização no continente europeu, existem todavia sinais que ajudam a esboçar o rosto de uma Igreja que, acreditando, anuncia, celebra e serve o seu Senhor (...) podem divisar-se manifestações de um 'povo santo' que demonstram como também é possível na Europa actual viver o Evangelho a nível pessoal e numa autêntica experiência comunitária» (EIE, 67).

É importante que o Santo Padre tenha chamado a atenção para esses sinais de esperança. Vivemos tempos de transição. A Europa de hoje não é a de há vinte ou há trinta anos atrás, como o Portugal e a Lisboa de hoje também não o são. Muitos vivem, por isso, uma sensação de perda ou desterro. Cresceram num ambiente em que as referências religiosas e culturais eram estáveis e hoje elas deslocam-se continuamente. A saudade do que se conheceu traz consigo a tentação de criar espaços onde a realidade de outros tempos possa ser hoje restaurada, como se de uma reserva natural se tratasse. Trata-se, porém, de uma solução de alto risco para o futuro do Evangelho, que ganharia talvez uma melhor apresentação museológica mas deixaria de inquietar e transformar um mundo em constante ebulição.

A exemplo do Papa, olhemos mais de perto, portanto, para os sinais de vivência religiosa e experiência evangélica nesta cidade em mutação. Talvez descortinemos aí as frestas por onde «o Espírito diz às Igrejas» para avançar.

### **A religião na cidade mutante**

Um pouco por todo o mundo, a cidade tem vindo a sofrer transformações evidentes e profundas. Ela não é hoje o que era, mesmo nos anos 60. A facilidade das comunicações, a mobilidade, a fragmentação das comunidades e o individualismo alteraram qualitativamente a vida urbana. Mas não se concretizou nela a morte de Deus que muitos vaticinavam, nem mesmo a das instituições religiosas. Em vez disso, assistiu-se ao «inesperado regresso da religião

como uma força social poderosa num mundo que, muitos pensavam, a iria abandonar»<sup>2</sup>.

A frase é de Harvey Cox. Escreveu-a em 1984, vinte anos depois de prever a erosão inelutável da religião na «cidade secularizada», que antevia ser o futuro das grandes metrópoles ocidentais<sup>3</sup>. A mudança de perspectiva, atribui-a ele próprio a fenómenos significativos de sentido contrário que foi constatando nos anos 80, como a influência crescente na política dos EUA do fundamentalismo cristão, o enorme impacto da visita de João Paulo II à Cidade do México e a projecção social das comunidades eclesiais de base em muitos países da América Latina.

Não figurava ainda no balanço de Cox o enquadramento religioso dos movimentos da Europa de Leste que levariam à queda do Muro de Berlim, em Dezembro de 1989<sup>4</sup>; nem o ressurgimento de uma militância política de inspiração religiosa noutros contextos civilizacionais, como o islâmico, o budista, o hindu e o judaico. Um olhar retrospectivo permite hoje identificar iniciativas e publicações no campo religioso, já nessa altura, ignoradas pelos analistas ocidentais, mas que se revelariam terem sido os primeiros frutos de uma vindima amarga reservada para o terceiro milénio.

Alguns traços comuns deste ressurgimento religioso, avançados por Cox, mantêm-se válidos hoje. Antes de mais, o modo como, depois dos movimentos de separação nos séculos XVIII, XIX e princípios do século XX, o religioso retomou claramente um cunho político. Depois, o modo diversificado como o fez, ocupando um leque amplo do prisma ideológica. A realidade desmentiu o preconceito generalizado que restringia a sensibilidade política dos movimentos religiosos ao saudosismo moralista e ao sonho anacrónico do *Ancien Regime*. Os movimentos da América Latina, por exemplo, estabeleceram articulações inesperadas entre a motivação religiosa e as tradições socialista e marxista, enquanto os da Europa de Leste retomaram ideais da tradição liberal quer anglo-saxónica quer continental. Também no mundo islâmico surgiam, desde meados do

---

<sup>2</sup> Harvey Cox, *Religion in the Secular City: Toward a Postmodern Theology*, Simon & Schuster, New York, 1984, p. 20.

<sup>3</sup> *The Secular City: Urbanization and Secularization in Theological Perspective*, Macmillan, New York, 1965.

<sup>4</sup> Dois casos que ressaltam são o do movimento «Solidariedade», na Polónia, com ligações fortes à tradição católica do país, e o da Alemanha do Leste, onde as grandes manifestações contra o regime deram continuidade a concentrações iniciais para debate em igrejas protestantes.

séc. XX, movimentos do mesmo género, com particular incidência no Egipto, na Índia e no Paquistão. A revolução xiita na Pérsia, nos anos 70, é um exemplo do mesmo fenómeno: a sua forma deve-se em parte a contributos culturais externos à matriz religiosa do xiismo, como seja a influência da *República* de Platão no pensamento político do Ayatollah Komeini.

Nesta transformação do modo como o religioso se projecta na praça pública, emergem contradições e incoerências, por vezes curiosas. Nos Estados Unidos, por exemplo, a direita religiosa recorre a referências bíblicas e à tradição de Lutero e Calvino para ler os desafios da actualidade e propor soluções políticas integristas. Mas, no combate contra os chamados desmandos da modernidade, lança mão, aparentemente sem ver nisso qualquer incongruência, das técnicas mais recentes de gestão e de *marketing* e dos mais modernos instrumentos da comunicação social, alterando quer as formas tradicionais de vida comunitária, quer mesmo a mensagem transmitida. Em ordem a captar e manter as audiências do seu tele- e rádio-evangelismo, os novos pregadores vergam-se à lógica da comunicação de massas, atenuando as ameaças características dos pregadores evangélicos de outros tempos. Abandonam o pessimismo antropológico, próprio da tradição da Reforma, que entendia a natureza humana radicalmente ferida pelo pecado e incapaz de fazer o bem por vontade própria, e assumiram um discurso optimista, de consolação e conforto para os seus ouvintes, reservando as críticas e a condenação para certos adversários culturais, políticos e religiosos devidamente identificados.

Qualquer destes casos testemunha a força anímica e espiritual da pulsão religiosa, transbordando para a vida pública da cidade. Mas, se nos limitarmos a apreciar a influência política e social dos movimentos mais intervenientes, corremos o risco de reduzir o fenómeno a uma dialéctica de cariz por vezes maniqueia: por um lado, os eleitos, por outro, uma cidade corrompida até à medula. Perdida de vista fica a grande multidão dos crentes que encontram na sua experiência religiosa inspiração para um vida de cidadãos exemplares, comprometidos na gestão da vida social segundo princípios de justiça e de solidariedade e avessos ao afrontamento ostensivo favorecido pelas falanges integristas de esquerda ou direita. A sua influência política e cultura é difícil de quantificar, sendo sobretudo qualitativa e difusa, ao jeito do fermento na massa. A religião é, nestes casos, uma fonte mobilizadora das energias psíquicas e espirituais que este crentes colocam ao serviço do bem

comum, em pé de igualdade com os demais cidadãos, mas funciona também como instância onde se sedimenta e medita de forma capilar o sentido da vida – um reservatório de valores, memórias e mundividência espiritual apurados pelo tempo.

Vejam agora alguns elementos da tradição cristã que poderão contribuir para uma articulação mais consciente e crítica entre a fé e a vida por parte de um cidadão católico comum.

### **O princípio da realidade**

Há na fé cristã, um princípio fundamental, nem sempre enunciado, que é o «princípio da realidade». O encontro com Deus não é procurado, na grande tradição cristã, em experiências místicas ou na comoção religiosa, por muito legítimas, edificantes e salutares que sejam. A experiência religiosa que nos é própria, que distingue a tradição cristã das demais, é de entrever «O que era desde o princípio» naquilo que «vimos com os nossos olhos, o que contemplámos e as nossas mãos apalparam», como escreve S. João na sua primeira carta (1 Jo 1,1). É na realidade complexa e tantas vezes perturbante da relação quotidiana que despertamos para os traços do Verbo da Vida e nos descobrimos chamados a uma efectiva comunhão com todos na caridade.

O cristão retoma assim e desenvolve, à luz do encontro com Jesus Cristo, um antiquíssimo filão espiritual da tradição bíblica. Como lembrava à primeira geração cristã o autor da Epístola aos Hebreus, evocando passagens do livro do Génesis: «Não esqueçais a hospitalidade, porque, graças a ela, alguns sem o saberem hospedaram Anjos» (Heb 13,2).

Não é fácil assumir este «princípio», que valoriza o particular, a relação concreta, aquilo que há de único em cada acontecimento, numa cultura que valoriza sobretudo os conceitos abstractos e as leis de aplicação universal. O filme, «A Paixão de Cristo», realizado por Mel Gibson, chocou alguns pela violência retratada. No entanto, a convicção testemunhada por Gibson, de que valia a pena filmar as últimas doze horas da vida de Jesus com o maior realismo possível, assentava na intuição da sua fé segundo a qual a única verdadeira relação com Deus passa pela crueza dos acontecimentos históricos, na sua obstinada singularidade, com destaque para os que se deram em Jerusalém há 2000 anos. A questão que somos levados a colocar sempre de novo, como cristãos, é de saber: se tivéssemos estado em

Jerusalém nesses longínquos dias de preparação da Páscoa, teríamos nós sido capazes de distinguir entre as três cruzes que se encontravam à porta da cidade? Teríamos nós percebido que num desses instrumentos de tortura se jogava o destino eterno de toda a Humanidade? Que visão de Deus, do mundo, da natureza humana e da história é preciso ter para que faça sentido entender que na morte livremente assumida por um só homem se joga a salvação de todos?

Neste género de interrogações assenta o específico da tradição cristã.

Recordo, a título de exemplo, como o princípio da realidade integra uma das experiências pedagógicas teologicamente mais profundas do séc. XX, no campo do apostolado dos leigos, que foi a Revisão de Vida – método de raízes antigas, estruturado e adoptado de forma sistemática por alguns movimentos da Acção Católica.

Conheci a Acção Católica em 1974 e recordo como, logo nesses meus primeiros tempos de assistente na JUC, fui ouvindo histórias do Cardeal Cardijn, fundador da JOC, que ilustravam o sentido que dava à Revisão de Vida.

Numa dessas histórias, um jovem operário apresentou-se certo dia a Cardijn, pedindo para ingressar no Movimento. Tinha amigos na JOC e queria juntar-se ao «clube». Cardijn acolheu-o e, ao tomar nota do nome e morada, perguntou-lhe, inesperadamente: «Quantas casas há na tua rua?». O jovem não sabia. Nunca tinha reparado. Cardijn tranquiliza-o. Diz-lhe é natural. Mas recomenda-lhe que conte as casas até à próxima vez. Dias depois, o jovem regressa satisfeito. Contou as casas todas e são vinte. Cardijn não se dá por satisfeito e pergunta: «Quantas famílias é que isso representa?». Mas o jovem não sabe. O processo repete-se, com idas e vindas do jovem, até que Cardijn o considera suficientemente desperto para a realidade humana que o rodeia e consciente da importância que tem na vida do cristão a vigilância permanente recomendada por Jesus aos discípulos. Só então o jovem está pronto para integrar o movimento de apostolado que é a JOC.

Esta «parábola» sublinha um aspecto vital para a Nova Evangelização. Bem podemos percorrer a cidade e desenvolver nela iniciativas louváveis, mas se a pretendemos evangelizar efectivamente precisamos de conhecer, muito de perto, quem a habita. Como havemos de nos pronunciar sobre o que é ou não a vontade de Deus a respeito da vida dos nossos concidadãos, individual e colectivamente considerados, se não abrimos primeiro os nossos

olhos e o nosso coração para as relações concretas que entre eles se estabelecem, para o ritmo, o estilo, a exigência e o peso da sua vida quotidiana.

Um exercício que experimentei uma ou outra vez com jovens estudantes em iniciação no Movimento Católico de Estudantes (MCE) foi enviá-los, divididos em grupos segundo várias profissões, para observar a realidade num mesmo quarteirão da cidade. Uns deviam imaginar-se arquitectos, outros médicos, outros assistentes sociais, outros ainda políticos e, por fim, um grupo seria o dos cristãos. Ao regressarem e confrontarem as suas experiências, davam-se invariavelmente conta de terem visto coisas diferentes, e que essa diferença se devia não ao casual mas às perspectivas que encarnavam. Havia, como é evidente, uma incongruência no elenco dos grupos e que logo se tornava motivo de reflexão. O grupo dos cristãos não devia ter sido colocado em pé de igualdade com os outros, pois há cristãos que são arquitectos, médicos e políticos. Claras para todos, no entanto, ficavam duas ideias: tinham visto coisas diferentes porque há sempre uma intencionalidade naturalmente selectiva no nosso olhar; a condição cristã não é simplesmente mais uma perspectiva ao lado das outras, mas representa a introdução de um critério valorativo em qualquer abordagem da realidade, centrado nas pessoas, na dignidade e qualidade humana das suas relações, e caracterizado por uma predilecção pelas margens da sociedade, por uma atenção preferencial aos mais necessitados.

A primeira etapa da Nova Evangelização passa, portanto, por conhecer e compreender o que se passa no interior da cidade. Não como se de um deserto de Deus se tratasse, mas como lugar em que moram homens, mulheres e crianças numa vasta rede de relações, por vezes muito profundas e de uma dedicação surpreendente, tocadas seguramente pela graça divina. Há, pois, que escutar por onde sopra o Espírito na cidade, e a Ele correspondermos com humildade.

### **As duas cidades**

Na Exortação Apostólica atrás referida, João Paulo II adoptou o Livro do Apocalipse como texto bíblico de referência. Foi uma opção curiosa, feita em final de pontificado, quando os problemas do mundo se avolumavam e a saúde do Papa decrescia. Podíamos lê-la como manifestação de um sentimento de ameaça, de fim dos tempos pessoal e colectivo, ou mesmo – no sentido que a expressão

ganhou na linguagem comum – de uma visão apocalíptica da actualidade. Mas creio que não terá sido esse o espírito do Papa, e que a escolha do livro deve antes ser interpretada, numa perspectiva mais próxima do texto, como disposição para acolher, em tempos difíceis, «a cidade santa, a nova Jerusalém que descia do Céu» (Ap 21,2).

A certa altura, por exemplo, o Papa comentava que, «para além de qualquer aparência e apesar dos efeitos ainda não serem visíveis, a vitória de Cristo já se deu e é definitiva. Daí o conselho a olhar as vicissitudes humanas com uma atitude de confiança, que nasce da fé no Ressuscitado, presente e activo na história» (EIE 27). Quer isto dizer que o cristão não está perante uma sociedade carecida de bondade e riqueza espiritual, a que, por dever paternalista, seria chamado a comunicar uma dimensão que supostamente lhe falta. Estamos frente a uma realidade redimida por Deus e marcada pela sua acção providente.

Remontemos, brevemente, pela tradição desta perspectiva que antecede em muito o magistério do grande papa polaco. O seu antecessor, Paulo VI, aos 74 anos de idade, viajou até à América Latina para participar na assembleia da Conferência Episcopal Latino-Americana, em Medellín. No regresso, publicou a Carta Apostólica *Octogesima adveniens* (1971) para comemorar os 80 anos da Encíclica *Rerum novarum*<sup>5</sup>. Influenciado pelo que tinha visto na América Latina, referiu o crescimento acelerado das grandes metrópoles e o fenómeno da urbanização selvagem, sintoma de uma nova

---

<sup>5</sup> A opção por uma carta apostólica em vez de uma encíclica (que teria tido mais peso na escala do magistério papal) foi, evidentemente, deliberada. É possível que tenham pesado nessa decisão razões diversas. O Papa havia publicado, três anos antes, a Encíclica *Populorum progressio* (1968), um texto sintético que apresentava os grandes princípios da doutrina social da Igreja no que respeita à relação entre os povos e o seu desenvolvimento económico. É possível que não quisesse ofuscá-la com outra do mesmo género. Por outro lado, a *Octogesima adveniens* reflecte a consciência de que um dos grandes desafios que a humanidade enfrenta na era pós-colonial é a aplicação do princípio da subsidiariedade às questões económicas e sociais. O Papa dava, portanto, o exemplo, com a redução do peso da sua intervenção, e deixava espaço para que as conferências episcopais nacionais e regionais assumissem um maior protagonismo no aprofundamento da doutrina social, aplicando-a à realidade emergente. Um terceiro factor tem sido alvo de alguma especulação. Com efeito, Paulo VI publicou em 1968 a célebre Encíclica *Humanae vitae*, que teve um impacto profundo na opinião pública católica, abalando as relações de autoridade no interior da Igreja. Tenha ou não o Papa sido sensível a essa recepção negativa, a verdade é que nunca mais, nos seus restantes 10 anos de pontificado, ele voltou a publicar uma encíclica.

civilização. «Não será o aparecimento de uma civilização urbana», pergunta o Papa, «um verdadeiro desafio lançado à sabedoria da humanidade, à sua capacidade de organização e à sua imaginação prospectiva?» A questão continua a ser da maior actualidade. Mesmo quando constatamos a sobrevivência de um sector agrário e de amplas comunidades rurais, elas são cada vez mais assimiladas, pela influência dos meios de comunicação e a melhoria das condições de vida, à cultura própria desta nova civilização urbana.

Paulo VI sublinhava, no entanto, a ambivalência do fenómeno, e a imagem a que recorreu para o fazer era também bíblica. Com efeito, «na Bíblia a cidade é frequentemente apresentada como lugar do pecado e do orgulho de quem se sente suficientemente seguro de si para construir sem Deus a sua vida e mesmo para se afirmar com sobrançeria contra Ele. Mas aí está também o exemplo de Jerusalém, cidade santa, lugar do encontro com Deus e prefiguração da 'cidade que vem do alto'» (OA 10 e 12).

As novas metrópoles gigantescas revelam-se verdadeiras Babilónias em que se fragmentam as relações humanas e muitos fazem duras experiências de exílio, longe dos laços familiares, mergulhados num caldo de culturas que lhes dissolve a identidade e as tradições. Mas, apesar disso, nessas mesmas cidades, como sobre a cruz de Cristo no Calvário, esboçam-se sinais evidentes de fome e sede de justiça, de desprendimento evangélico, de solidariedade, de comunhão, de vida entregue em favor de outros.

O magistério papal do século XX reconduz-nos assim ao tema clássico das duas cidades. Encontramo-lo, como todos se recordam, em Santo Agostinho, no seu monumental *De Civitate Dei* (424), escrito quando também ele era já um homem velho, de 72 anos de idade, e num período particularmente atribulado da história ocidental. Por vezes fala-se, precipitadamente, desta obra como se de um manifesto se tratasse contra o Império Romano, ao qual o bispo de Hipona teria contraposto uma nova civilização cristã. Mas não foi bem assim. O Império estava a saque. Roma tinha sido tomada pelos Hunos. Os Vândalos percorriam a Península Ibérica e ameaçavam transpor o estreito que ainda os separava do Norte de África, trazendo consigo o rasto de terror e a destruição que semeavam por toda a parte. Abalado até aos seus alicerces, o Império era sacudido por uma profunda crise cultural. Muitos atribuíam o sucedido a uma perda da vontade férrea, disciplina e fibra moral que haviam caracterizado os tempos áureos da República. Nos meios

intelectuais e na classe política norte-africana falava-se com saudade da *pietas* de outrora: da veneração dos antepassados, do respeito pelos costumes dos antigos e da cultura religiosa a eles associada. Era a estes que Santo Agostinho se dirigia. Recorrendo à sua vastíssima cultura e capacidade retórica, punha a nu a debilidade cultural e espiritual desse passado em dissolução, ao mesmo tempo que procurava animar os seus leitores com a visão de outra cidade. Não a de um ideal utópico, que corresponderia a uma *fuga mundi*, numa rejeição pessimista da sociedade envolvente; mas a que estava já presente, para quem tivesse olhos para ver, nos interstícios e nas franjas daquela mesma cidade humana em crise: uma cidade que «descia do Céu», tecida pelo vigoroso espírito fraterno das comunidades cristãs e sobretudo pela caridade universal que a enformava, sinais esperançosos do futuro que Deus preparava para toda a humanidade<sup>6</sup>.

Uma centena de anos antes, Tertuliano contrastara Jerusalém e Atenas. Não, porém, no mesmo sentido. As duas cidades simbolizavam, neste caso, a fé e a razão. E o jurista cristão não propunha a escolha de uma em detrimento da outra, mas antevia na experiência cristã a possibilidade de uma nova síntese cultural e espiritual fecunda que reunisse as duas tradições: verdadeira encarnação comunitária da graça, expressão histórica da Jerusalém celeste «nossa mãe» (Gál 4,26; cf. Ap 21) e «mãe de todos os povos», como séculos antes sonhara o salmista<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Veja-se, por exemplo, como o bispo de Hipona, longe do pessimismo envolvente, conduz o olhar do leitor para a beleza do mundo criado e daí eleva o seu coração para a bem-aventurança eterna: «O brilho extraordinário... da luz, no sol, na lua e nas estrelas, as sombras obscuras do bosque, as tonalidades e perfumes das flores, a espantosa variedade e abundância das aves de cores brilhantes a chilrear... O espectáculo grandioso do mar, vestindo e despindo como túnicas os seus múltiplos reflexos: agora em tonalidades de verde, agora roxo, agora azul celeste... E tudo isto não é mais que uma consolação para nós infelizes, degredados; não ainda a recompensa dos bem-aventurados. Como não será esta, então, se aqui as realidades são já tantas, tão grandes, e de uma tal qualidade...» (*Civ. Dei*, XXII, 24, 175 ss). Como se vê por este pequeno trecho, não estamos perante uma seca obra apologética mas diante duma poderosa proclamação querigmática, dirigida a um público espiritualmente abatido por circunstâncias históricas adversas e tentado a virar costas à realidade.

<sup>7</sup> «O Senhor ama a cidade, / por Ele fundada sobre os montes santos; / ... Grandes coisas se dizem de ti, / ó cidade de Deus. / ... E dir-se-á de Sião: 'Todos lá nasceram, / o próprio Altíssimo a consolidou'. / O Senhor escreverá no registo dos povos: / 'Este nasceu em Sião'. / E irão dançando e cantando: 'Todas as minhas fontes estão em ti'» (Sl 87 [86]).

É esta rica tradição de cuidado, discernimento e benevolência que somos chamados a actualizar na atenção que dedicamos à comunidade humana de que fazemos parte. Com efeito, a comunidade cristã não se apresenta como alternativa à cidade mas, «simultaneamente, 'assembleia visível o comunidade espiritual', a Igreja caminha a par da humanidade, compartilha da sorte terrena do mundo e a sua razão de ser é actuar como fermento e como alma da sociedade que deve renovar-se em Cristo e transformar-se na família de Deus»<sup>8</sup>.

### **Perspectivas de evangelização**

São várias as perspectivas de evangelização que adoptamos, conforme nos sentimos motivados ou não pela radicalidade da proposta que a palavra encobre.

Uma perspectiva limitada, que é muitas vezes a nossa, podia ser caricaturada como o «levar a carta a Garcia». A expressão refere um incidente ocorrido numa guerra em Cuba. Uma carta é entregue a um militar com a missão de a levar a um oficial chamado Garcia. O portador supera com galhardia mil obstáculos para cumprir a ordem recebida mas, quando chega ao destino, a missiva está desactualizada.

Um pouco no mesmo estilo, quantas vezes não levamos aos outros o Evangelho como uma mensagem cujo conteúdo e alcance não assimilámos. Entusiasma-nos o desafio da missão e percorremos as ruas da cidade anunciando Jesus Cristo e na convicção de que isso contribui para a salvação de quem nos ouve. Não sabemos bem como. Mas confiamos que assim seja, porque foi esse o mandato que recebemos do Senhor.

Que fruto terá esse nosso esforço, porém, se a formulação dos conteúdos que anunciamos é ainda a que herdámos dos nossos antecessores e representam a resposta a perguntas formuladas noutros tempos por outros destinatários? Escrevia a este respeito o filósofo Eric Voeglin, no final dos anos 60: «restaurar a mente questionante na posição que lhe é devida é o primeiro passo importante para restituir ao evangelho a realidade que ele perdeu através do endurecimento doutrinário. [...] Questões e respostas estão intima-

---

<sup>8</sup> CONCÍLIO VATICANO II, Constituição Pastoral *Gaudium et spes* (1965), 40.

mente relacionadas»<sup>9</sup>. Que eficácia têm as respostas se esquecemos ou desconhecemos as perguntas?

Uma Nova Evangelização é necessária porque a realidade humana a que o Evangelho de sempre se destina também é nova, e não simplesmente porque a geração presente se esqueceu das lições de ontem. Que realidade é essa? Seguramente não nasceu distanciada da acção do Espírito, que sopra onde quer. Que interrogações está ele a suscitar no coração dos nossos interlocutores? E no nosso?

Tentemos agora outro ângulo de abordagem.

Da «carta a Garcia» passo, por associação de palavras, ao uso da imagem da «carta» por S. Paulo na segunda epístola aos Coríntios: «Será que necessitamos,» pergunta o apóstolo, «como alguns, de cartas de recomendação para vós, ou de vós?»

Note-se a distinção entre as cartas de recomendação enviadas «para vós» e as cartas de recomendação que são recebidas «de vós». É uma distinção que Paulo trabalha nos versículos seguintes: «Vós sois a nossa carta [de recomendação]». Por outras palavras: «Se quereis uma carta de recomendação a meu respeito, vós próprios sois essa carta que me recomenda». Mas, esclarece, carta «escrita em nossos corações» – «nossos», dos evangelizadores, Paulo e companheiros. Isto é, os cristãos de Corinto podem ler a recomendação naquilo que conhecem do coração de quem os evangelizou. Devem lembrar-se da forma como Paulo fez. Devem recordar como lhes dedicou uma afeição particular. Cada um deles terá tido consciência de valer alguma coisa para o apóstolo. Ele os trazia no coração. E eles sabem-no.

Aqui temos um primeiro tópico de reflexão. Uma evangelização em que aquele a quem nos dirigimos é para nós uma figura anónima, que nem sequer nos inquietou, está longe ainda do exemplo de Paulo.

Um segundo tópico prende-se com a outra carta de recomendação referida pelo apóstolo: a que ele recebe «de vós», os Coríntios. É sabido, explica S. Paulo, «que vós sois uma carta [de recomendação] de Cristo, redigida por nós, e escrita, não com tinta, mas com o Espírito de Deus vivo, não em tábuas de pedra, mas em tábuas de carne, nos vossos corações. Essa é a confiança que temos, perante Deus, graças a Cristo» (2 Cor 3,1-3).

---

<sup>9</sup> *Evangelho e Cultura*, ed. Associação de Estudantes de Teologia, Lisboa, 1995, p. 3.

A ideia parece ser que Cristo, Ele próprio, recomenda a pessoa de Paulo aos Coríntios e a quem mais o venha a conhecer como apóstolo na carta que o apóstolo escreveu no coração dos seus ouvintes quando evangelizava a cidade. Para o afirmar, no entanto, Paulo deve ter testemunhado de perto, como escriba fiel, a mensagem de vida que o «Espírito de Deus vivo» suscitava nos corações dos seus ouvintes.

De novo somos colocados perante uma atitude de proximidade, atenção e cuidado testemunhada para com os destinatários da evangelização que será difícil superar.

O exemplo de S. Paulo leva-nos ao encontro do conceito renovado de revelação proposto pelos padres do Concílio Vaticano II.

No passado, houve momentos em que a revelação anunciada pela Igreja foi entendida como essencialmente do campo do conhecimento. Em ordem à nossa salvação, Deus havia comunicado doutrinas essenciais sobre a sua pessoa, a sua vontade e o modo como viera ao nosso encontro para nos redimir. A evangelização, neste quadro de referência, podia ser pensada um pouco ao jeito da «carta a Garcia». Desde que a informação chegasse, correctamente formulada, ao destinatário, a tarefa estava em grande parte cumprida.

Na Constituição *Dei Verbum* (1965), o Concílio propõe um entendimento mais exigente. À luz da tradição bíblica, os padres conciliares afirmam que: «Aproouve a Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e tornar conhecido o mistério da sua vontade (cf. Ef 1,9), por meio do qual a Humanidade, através de Cristo, Verbo feito carne, tem acesso no Espírito Santo ao Pai e se torna *participante da natureza divina* (Ef 2,18; II Ped 1,4). Por consequência, em virtude desta revelação, Deus invisível (cf. Col 1, 15; I Tim 1,17), na abundância da sua caridade, fala a todos como a amigos (cf. Ex 33,11; Jo 15,14-15) e conversa com eles (cf. Bar 3,28), para os convidar e os receber em comunhão consigo» (DV 2).

O teólogo conciliar, Joseph Ratzinger<sup>10</sup>, chamava a atenção para o facto de os verbos, na segunda frase estarem no presente do indicativo. Não por lapso do Concílio, mas porque a evangelização

---

<sup>10</sup> Cf. *Commentary on the Documents of Vatican II*, v. III, ed. H. Vorgrimler, Burns & Oates/Herder and Herder, London/New York, 1969, p. 171: «Isto também indica o elemento de actualidade que está presente num diálogo: o diálogo de Deus decorre sempre no presente... Assim podemos ver como a ideia de revelação também estabelece os contornos de uma concepção de humanidade: o ser humano como a

levada a efeito pela Igreja é chamada a tornar existencialmente perceptível que Deus, através de Cristo e por acção do Espírito Santo, fala de facto «a todos como a amigos... para os convidar e os receber em comunhão consigo». E o lugar onde essa boa nova se torna compreensível é no interior de uma relação humana de respeito, justiça, solidariedade ou caridade onde se esboça já um prenúncio da comunhão plena com Deus. Foi isso que aconteceu de forma singular em torno de Jesus. Por isso, diz o Concílio, «a verdade tanto a respeito de Deus como da salvação da Humanidade amanhece intimamente para nós em Cristo, que se manifestou simultaneamente mediador e plenitude de toda a revelação» (DV 2).

Remontámos assim do exemplo de Paulo ao caso paradigmático de Jesus Cristo. E à luz de Cristo compreendemos, por fim, que a proximidade entre evangelizador e evangelizados, ao ponto de uma certa comunhão de vida, não é facultativo; é o conteúdo da mensagem: «a vida manifestou-se,» escreve S. João, «nós vimo-la, damos testemunho dela e vos anunciamos esta vida eterna que estava no Pai e que nos foi manifestada», e acrescenta «o que vimos e ouvimos, isso vos anunciamos, para que também vós tenhais comunhão connosco» (1 Jo 1,1-4). Não, portanto, simplesmente «para que o saibais», mas «para que... tenhais *comunhão* connosco».

Meditando sobre a riqueza teológica desta carta, von Balthasar comenta a centralidade da revelação em Jesus do amor-de-caridade que é Deus: «O Filho tornar-se homem é o amor do Pai, mais precisamente de Deus na sua plenitude, tornando-se manifesto agora (1 Jo 4,9 s). A própria forma de carne e sangue é, portanto, enquanto tal, a pura luz do amor divino que se derrama... Mas o que é mais característico de João é que ele não fica pelo aspecto pessoal, mas identifica-o com o aspecto ontológico. Este amor que se auto-difunde é a Luz, a Verdade»<sup>11</sup>.

---

criatura do diálogo que, ao escutar a palavra de Deus, se torna contemporâneo do presente de Deus e no seguimento da palavra recebe a realidade que está indivisivelmente unida a essa palavra: a comunhão de amizade com o próprio Deus.»

<sup>11</sup> Hans Urs von BALTHASAR, *The Glory of the Lord. A Theological Aesthetics*, 1. *Seeing the Form* (1961), T. & T. Clark, Edinburgh, 1982, p. 235.

### Em jeito de conclusão

A dinâmica da Encarnação, no cerne da mensagem evangélica, leva-nos a entender o anúncio desse mistério como envolvendo, ele também, uma *quenos*, um despojamento dos nossos preconceitos e seguranças para assumirmos toda a riqueza, complexidade e contradição da realidade humana a evangelizar.

Neste processo, essencialmente de ordem espiritual, a presente reflexão procurou mostrar que «existe um nex

Mas o critério último pelo qual serão julgados, quer o entusiasmo quer a teologia, será o de Mt 25, pois como nos recordava João Paulo II: «É vocação da Igreja – enquanto sinal credível, embora sempre inadequado, do amor concreto –, levar os homens e mulheres a encontrarem-se com o amor de Deus e de Cristo, que continuamente os procura» (EIE 85).

PETER STILWELL